

Apresentação

A realização e publicação de estudos que tenham o materialismo histórico-dialético como fundamento teórico-metodológico representa um esforço para se fortalecer o debate acerca do papel da educação nas sociedades de classe. Além disso, estudos que se orientam por esta perspectiva têm em comum a percepção de que a educação não é uma instância humana isolada do todo social, mas, ao contrário, representa um terreno em que diferentes visões de sociedade concorrem entre si.

Nesse sentido, além de perceber e denunciar o papel da educação na legitimação dos interesses das classes dominantes, o materialismo histórico-dialético, por considerar a natureza política da ação humana, isto é, uma ação que leva em conta sua intencionalidade no mundo, busca a transformação, consciente, da realidade social.

A visão sobre a relação educação-sociedade, no pensamento de Marx, é uma das chaves para se compreender a contribuição do materialismo histórico-dialético no campo educacional. Em o *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2008, p. 39) refletem sobre essa relação e chamam a atenção para os determinantes sociais da educação, como também para a compreensão da educação como um processo social mais amplo, que ultrapassa os limites da escola:

Vocês afirmam, porém, que queremos abolir os vínculos mais íntimos, na medida em que propomos substituir a educação doméstica pela social. Mas, a sua educação também não é determinada pela sociedade? Por acaso vocês não educam através de relações sociais, através de ingerência direta ou indireta da sociedade, com ajuda das escolas etc.? (MARX; ENGELS, 2008, p. 39)

Nesse sentido, as relações sociais são, também, relações educativas. São educativas porque a educação é condição para o incremento do processo produtivo, da construção de saber necessário à produção e reprodução da existência humana no mundo (SAVIANI, 2007), mas também porque, sendo ela uma educação subordinada aos interesses das classes dominantes, contribui para a formação de seres conformados com sua condição de explorados e excluídos. Além disso, a natureza educativa das relações sociais permite que ela seja também a base para o processo de transformação da realidade social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, quando se torna parte de um projeto de formação de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao tomar o materialismo histórico-dialético como fundamento para as discussões que ora são desencadeadas, esta obra considera a história humana como uma história em que a luta pelo monopólio dos meios de produção gerou também a luta pela hegemonia de uma concepção de educação. Nas sociedades modernas, “a concepção, segundo a qual a escola é um local de democratização do saber encobre a contradição fundamental da sociedade capitalista” (PILETTI; PRAXEDES, 2010, p. 55), já que ela é mais um espaço de reprodução da hierarquia social (governantes e governados), da desigualdade de classes e, portanto, de exclusão social.

Nesta perspectiva, esta obra considera os seguintes aspectos da relação educação-sociedade como fundamentais para a leitura dos textos que seguem:

- 1. A noção de trabalho como princípio educativo.** O trabalho é a categoria fundamental para a compreensão da educação à luz do materialismo histórico-dialético. Sob o ponto de vista da sociedade capitalista, o trabalho é compreendido na perspectiva do emprego ou do trabalho assalariado, reduzindo, com isso, o trabalhador a uma relação de exploração. Nessa perspectiva, a educação tem o papel de formar mão de obra especializada, adestrada às demandas do processo produtivo, capaz de desempenhar tarefas previamente definidas, baseadas no desenvolvimento de competências e habilidades. Quando se pensa no trabalho como princípio educativo, por outro lado, tem-se um outro ideal de formação para o trabalhador. Uma formação que permita, além do desenvolvimento pleno de suas capacidades, também a possibilidade de compreender a realidade em sua totalidade. Para isso, a escola não pode focar em determinadas habilidades e competências, apenas, mas na formação de um ser humano pleno, integral. Se para o ideal burguês de educação interessa a formação de sujeitos eficientes, mas parciais; especialistas, mas alienados; para o ideal de educação fundado no trabalho como princípio educativo o importante é a formação integral, com vistas ao desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e à sua emancipação.
- 2. A sociedade deve ser compreendida como uma totalidade complexa de “múltiplas determinações”.** Isso porque os fins da educação são históricos e sempre sujeitos às determinações das condições materiais da sociedade à qual ela pertence. Como diria Paulo Freire (1997, p. 35): “não há educação fora das sociedades e não há homem no vazio”. Toda educação reflete as relações entre as classes sociais e as lutas pelo controle dos meios de produção da existência humana, num processo que, por ser histórico, acompanha as transformações no interior das sociedades, refletindo, também, a luta pelo controle dos meios de produção e reprodução do conhecimento historicamente construído.
- 3. Não há neutralidade na ação educativa.** Não há neutralidade em nenhuma ação humana no mundo. Em todas as instâncias da vida social é possível perceber a intencionalidade do ser humano, seus propósitos, desejos, visões de mundo, interesses. Todo ato educativo está apoiado em uma forma de se compreender a realidade, seja ela na perspectiva da alienação de um ser por outro; seja na perspectiva de sua emancipação. Considerando que a educação tanto pode libertar quanto aprisionar, o papel de uma educação comprometida com a transformação social deve levar em conta a formação crítica do indivíduo, sem se esquecer de seus desejos e interesses. O discurso da neutralidade política do

ato educativo é um engodo tão ou mais eficiente que o discurso do potencial transformador da educação nas sociedades capitalistas.

- 4. A superação da dualidade estrutural pela educação.** Nesse aspecto, pode-se dizer que o conhecimento humano é também uma riqueza produzida pelas sociedades humanas, que não é distribuído igualmente. À classe dos que detêm o controle sobre os meios de produção da riqueza material, o conhecimento propedêutico, universal, intelectual; à classe dos trabalhadores, o conhecimento manual, técnico e parcial do processo produtivo. O resultado é a reprodução da estrutura de dominação pela educação, que forma trabalhadores para o desempenho de tarefas necessárias à produção material, mas sem compreensão da totalidade da realidade social. Para superar essa dualidade, é preciso uma escola unitária, nos moldes do pensamento gramsciano, que forme trabalhadores intelectuais, capazes de não só compreender mas também de se engajar com as lutas sociais de sua classe.
- 5. Educação como compromisso político.** Além do compromisso com a formação das pessoas, o sujeito da educação deve ter consciência de seu papel na sociedade e do potencial de transformação que sua ação possibilita. Professores não podem se ater à mera reprodução de conteúdos previamente determinados, convertendo a relação com os estudantes a um processo de robotização em que uns apenas cumprem tarefas programadas, sem a devida reflexão sobre o que fazem. A transformação da realidade social passa, necessariamente, pela compreensão das contradições próprias dessa realidade. Para tanto, é preciso o desenvolvimento do pensamento reflexivo, crítico e criativo dos estudantes. Mais do que apresentar conceitos, é preciso refletir sobre o fato destes serem os conceitos escolhidos para explicar a realidade em que vivemos, tanto do ponto de vista científico, quanto do ponto de vista político.
- 6. A educação deve ser um projeto de construção de uma sociedade justa.** Sabendo-se que na escola vários ideais de educação estão em disputa, um senso ético desenvolvido não pode permitir o florescimento de pedagogias que reforcem a exclusão das pessoas por meio da escola. Nesse sentido, só uma formação integral para os filhos dos trabalhadores, por meio de uma escola unitária, que não faça distinção entre os muitos que a procuram pode ser justa. A escola precisa ser um lugar em que o princípio da igualdade de oportunidades seja levado às últimas consequências. Quando a escola reforça a diferença entre ricos e pobres, oferecendo caminhos diferentes a depender da origem social de seus estudantes, a desigualdade deixa de ser uma constatação e passa a ser um ideal a ser seguido.

7. A permanente luta dos trabalhadores por respeito e dignidade. Como trabalhadores da educação, os professores devem saber que, “à burguesia convém fomentar nos professores a ilusão de que são apóstolos ou missionários, a quem entrega sem condições a educação de seus filhos” (PONCE, 1992, p. 180). No entanto, a profissionalização do trabalho docente (ou do trabalho na educação como um todo) pressupõe, além de salários dignos, condições de trabalho adequadas, como carreira atrativa, tempo para estudos e planejamento, valorização e incentivo a estudos, tempo para descanso adequado. A consciência do papel do professor nas sociedades capitalistas vai além da luta salarial. Deve considerar a função deste profissional para a manutenção do equilíbrio das relações sociais. Em outras palavras, compete ao professor a tarefa de colaborar com o desenvolvimento de um projeto de sociedade coerente com valores humanos como a justiça social, solidariedade, respeito à diversidade e o diálogo. A importância estratégica do professor nas sociedades é tanta que, sem ele, o tecido social se rompe.

Com base nesses aspectos, esta obra se soma a outros esforços que buscam afirmar que uma educação verdadeiramente emancipatória é possível. Uma educação que não faça distinção entre ricos e pobres; conhecimentos técnicos e propedêuticos; planejadores e executores; dominantes e dominados; maioria e minoria; brancos e negros. Uma educação que considera o ser humano em sua totalidade, para uma formação plena, não apenas seu adestramento para o desempenho de funções técnicas e manuais necessárias a seu ingresso no mercado de trabalho. O projeto de educação que subjaz as discussões presentes neste livro tem como horizonte um ideal de ser humano pleno, livre, consciente, emancipado e digno.

Sob estes aspectos gerais, esta obra também permite um diálogo entre pesquisadores muito experientes e renomados em suas áreas de atuação com estudantes (mestrandos e doutorandos) que se integram neste debate tão necessário. O diálogo também se estabeleceu de forma interna aos capítulos, pois muitos são resultados de pesquisas desenvolvidas conjuntamente entre docentes de diversas áreas e estudantes em formação.

Partindo do mesmo fio condutor - uma educação profissional emancipatória -, os cinco primeiros capítulos concentram-se em abordagens que visam problematizar conceitos e categorias fundantes da EPT. Iniciemos pelos dois primeiros. **Tiago Fávero de Oliveira e Gaudêncio Frigotto** buscam demonstrar, no primeiro capítulo intitulado **As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa**, como a apreensão das categorias ontologia, epistemologia e *práxis* permitem analisar as origens da EPT e sua contraposição aos preceitos neoliberais, pautados por uma pseudo oposição entre “concorrência *versus* solidariedade, unilateralidade *versus* omnilateralidade”. Dando continuidade a essas problemáticas, o segundo capítulo intitulado **Educação profissional e tecnológica: (re)conceituando a (contra)hegemonia**, de **Marise Ramos**, traz um importante debate sobre como nossos conceitos precisam estar coerentes com a perspectiva da educação politécnica e de formação *om-*

nilateral, salientando que “Se, de um lado, o conceito de educação tecnológica abrange formação intelectual, corpórea e científica dos estudantes, o conceito de educação profissional nos remete a conhecimentos e à formação que possibilita o exercício do trabalho produtivo conforme a divisão social e técnica da produção. Trata-se de dimensões objetivas sobre como a sociedade divide entre os seus sujeitos a produção do que é necessário para a existência dessa mesma sociedade”.

Nos quatro capítulos a seguir, seus autores se propõem a pensar a EPT a partir de categorias específicas e centrais. Sob o título **EPT: contribuições do marxismo para uma abordagem conceitual de tecnologia**, José Henrique Duarte Neto estuda a tecnologia enquanto dimensão conceitual e formativa das bases teóricas da educação profissional, apreendendo-a nos processos de atividade do ser humano (como mediação do trabalho) e relacionando-a enquanto ciência aplicada à produção capitalista, que organiza o processo de trabalho e atua como meio de valorização do capital. Por sua vez, Julio Cesar Pereira Monerat, em seu capítulo intitulado **Em busca dos fundamentos científicos da educação profissional tecnológica**, explora a relação entre o conceito de educação tecnológica e o de conhecimento científico, abordando as dimensões, por um lado, da educação profissional e do conhecimento técnico e, por outro, da educação tecnológica e do conhecimento científico vinculado às ciências naturais. Em seu capítulo intitulado **A filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto e a dimensão ontológica e histórica da categoria trabalho na EPT**, João Cláudio Madureira analisa a contribuição do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto ao trazer para o debate o *conceito de tecnologia* e da sua análise teleológica do surgimento da chamada “razão técnica”, na obra *O Conceito de Tecnologia* (2005). Finalizando este bloco, Daniele dos Santos Rosa propõe, sob o título **Para voltarmos a ser humanos – aproximações à categoria alienação e estranhamento, em Karl Marx**, uma reflexão sobre essas importantes categorias que partem dos pressupostos da EPT e encontram na reflexão sobre a arte literária a ampliação necessária para a compreensão dos processos de formação humana.

Os três próximos capítulos partem das categorias conceituais estudadas para debaterem temáticas mais amplas que impactam o cotidiano da EPT. Cândida Beatriz Alves, Sônia Cristina Hamid e Elzahrâ Mohamed Radwan Omar Osman problematizam, no capítulo intitulado **Educação profissional e gênero: uma discussão necessária**, as contribuições das análises feministas marxistas sobre a divisão sexual do trabalho, buscando apreender os sentidos de trabalho no campo da educação, de modo amplo, e da educação profissional, especificamente. Já o capítulo intitulado **A superação do discurso hegemônico na construção de uma educação profissional emancipatória**, de Rodrigo Trevisano de Barros e Laís Rodrigues da Silva, ancorado no pensamento de Ernesto Laclau, busca apresentar a relação entre o discurso hegemônico e as possíveis contribuições de um discurso contra-hegemônico para a EPT. Concluindo este bloco, Márcia Castilho de Sales e Renato Hilário dos Reis, no capítulo intitulado **Formação profissional emancipatória: indicativos para uma práxis libertadora**, partem das importantes questões “Como possibilitar para a classe trabalhadora um enfrentamento a esse processo corrosivo de retirada de direitos e exploração?”

Como desenvolver uma formação profissional emancipatória no contexto do jugo do neoliberalismo?” para refletir e problematizar o processo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo neoliberal e suas implicações na educação profissional.

Por fim, os últimos três capítulos desta obra, todos escritos a partir do processo de colaboração entre pesquisadores em formação e seus orientadores, no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional, visam a uma retomada das categorias basilares da EPT e se propõem a pensá-las a partir da reflexão teórico-crítica, da pesquisa e das práticas pedagógicas. Sob o título **Materialismo histórico-dialético: conceituação e concepções no campo da teorização**, os pesquisadores **Rafael Rodrigues de Sousa Frois, Dagma Ferreira Alves, Thiago Batista Amorim, Viviani Pereira Amanajás Guimarães, Cláudio Nei Nascimento da Silva e Daniele dos Santos Rosa** debatem sobre as características dessa perspectiva teórico-metodológica e sua utilidade para a análise das contradições das sociedades capitalistas, especialmente na área da Educação. Já o capítulo intitulado **A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica**, de **Maria de Fátima da Silva e Ana Paula Santos de Melo Fiori**, buscou discutir as contribuições da pesquisa como princípio pedagógico para o processo emancipatório, além de apresentar e propor a *Webquest* como ferramenta auxiliar no desenvolvimento da pesquisa como princípio pedagógico. Fechando este bloco, e toda a obra, **Caroline Neugebauer Wille, Cibele Schwanke, Clarice Monteiro Escott e Michelle Camara Pizzato**, no capítulo intitulado **A pertinência da pedagogia histórico-crítica para o ensino médio integrado**, problematizam os desafios e propõem ações de práticas pedagógica no EMI.

Nesse sentido, convidamos os leitores e leitoras interessados no tema a compartilharem conosco tantas reflexões aqui reunidas. Reiteramos que esta obra é resultado de um esforço coletivo baseado na observação, no estudo e na análise das categorias conceituais que norteiam a EPT e que merecem nossa atenção em prol da construção de uma educação verdadeiramente emancipatória a todos.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl, e ENGELS Friedrich. 2008. **O manifesto comunista**. São Paulo: Expressão popular.

PILETTI, Nelson, e WALTER Praxedes. 2010. **Sociologia da educação**. 1o ed. São Paulo: Ática.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 12. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1992.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–180, 2007.